

'Moderados' possuem maioria na Sistematização e traçam planos

BRASÍLIA — Dos 93 votos da Comissão de Sistematização, 52 são dos "moderados". Esta avaliação foi feita pelo próprio grupo, que se reuniu ontem na Fundação Getúlio Vargas para traçar uma estratégia capaz de retirar do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) teses que considera inaceitáveis e que traem os acordos feitos pelos dois grandes grupos que trabalham pela obtenção do consenso.

A reunião, convocada pelos Deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), tinha inicialmente o objetivo de discutir o substitutivo e fixar os princípios para os textos das emendas que eles pretendem apresentar. Sem terem acesso prévio ao substitutivo, o que foi amplamente criticado pelos "moderados", o encontro quase foi cancelado e só ocorreu para que eles pudessem fazer um levantamento preciso do número de votos que possuem na Sistematização.

Depois de examinarem duas vezes a listagem dos constituintes que compõem a Sistematização, os "moderados" concluíram que têm 24 votos do PFL 16 do PMDB, seis do PDS, três do PTB, um do PL, um do PDC e um do Partido Municipalista

Brasileiro (PMB). Mesmo com maioria de 11 votos, resolveram que cada integrante do grupo ficará encarregado de conversar com os demais parlamentares, para ampliar esta margem, que consideram apertada.

Participaram da reunião, além de Dornelles e Sandra, os Deputados Afif Domingos (PL-SP), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), José Lins (PFL-CE), Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), Siqueira Campos (PDC-GO), Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG).

A maior preocupação do grupo é mesmo com a reforma agrária. As informações que eles tinham é de que o Relator Bernardo Cabral irá manter a imissão imediata na posse, o que só interessa a um grupo minoritário, de acordo com Sandra Cavalcanti. A Deputada destacou ainda que não pode haver, por parte do Relator, atropelos no que já ficou acertado em relação a comunicação, empresa nacional e segurança nacional.

— Estes foram temas onde se conseguiu consenso. Se o Relator colocá-los de forma diferente do que está previsto no projeto "Hércules", estará jogando fora o trabalho de meses

— acrescentou.

A idéia de se iniciar na reunião de ontem a redação das emendas teve que ser abandonada pelo fato de o grupo não ter acesso ao substitutivo que será oficialmente apresentado hoje. Alguns "moderados" se queixaram do fato de "meia dúzia de privilegiados" conhecerem o texto antecipadamente.

— Isso coloca os demais constituintes numa posição humilhante — desabafou Sandra.

Já o Deputado Francisco Dornelles defendeu na reunião uma "invasão do Banco do Brasil", onde os relatores adjuntos e assessores de Bernardo Cabral trabalham na elaboração do substitutivo.

— Acho que vou com o Konder Reis invadir o Banco e falar de qualquer maneira com o Cabral — disse Dornelles, irritado com os privilégios concedidos a uma comissão oficiosa de sub-relatores.

Alguns "moderados" chegaram a sugerir a possibilidade de conseguirem o substitutivo de forma ilícita, diretamente no Prodasen. Um dos deputados referiu-se ao substitutivo como "trabalho dos xiitas, que tem de ser mantido em segredo, se não o golpe não daria certo".

CNBB defende no plenário uma de suas emendas

BRASÍLIA — O aborto e o divórcio estarão em debate hoje à noite no plenário da Comissão de Sistematização, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defenderá a primeira de suas quatro emendas populares. Dispondo sobre os direitos da família, a proposta, que recebeu as assinaturas de 515.820 eleitores, será defendida pelo ex-Vice-Presidente da CNBB e Bispo de Uberaba (MG), Dom Benedito Ulhoa Vieira.

A emenda não é a mais polêmica das apresentadas pela entidade. Provoca, entretanto, muita oposição, principalmente por dois pontos: a proibição do aborto e a constituição da família pelo matrimônio indissolúvel.

O Bispo de Pelotas (RS), Dom Jaime Chemello, disse ter a esperança de que dois itens da proposição serão acolhidos pela Constituinte: o reconhecimento da união estável não regularizada legalmente, com o Estado garantindo as condições de vida que assegura a um casal legitimamente constituído; e o direito à vida desde a concepção. Ele acha, porém, "difícil que a Constituinte venha a extinguir o divórcio previsto na atual Carta".

Ulysses dirigirá nova etapa de entendimentos

BRASÍLIA — Os parlamentares "progressistas" conseguiram ontem do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, a garantia de que, antes de a proposta de um novo texto constitucional chegar ao plenário da Assembléia, um segundo substitutivo será apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral. Os entendimentos para a obtenção de consenso em torno dos temas polêmicos para esse segundo substitutivo serão conduzidos pessoalmente por Ulysses e deverão envolver as lideranças partidárias.

— O segundo substitutivo deverá ser fruto de melhor entendimento. Eu próprio pretendo assumir a posição de articulador das negociações com os diversos partidos — disse Ulysses aos líderes do PDT, PT, PSB, PC do B, PCB e do "Movimento de Unidade Progressista" (MUP), que criticaram a forma como vêm sendo conduzidas as negociações para elaboração do primeiro substitutivo.

Apesar desse compromisso, os "progressistas" frisaram o seu descontentamento com o fato de terem sido aliados dessa fase das negociações, ponderando que essa marginalização poderá resultar numa posição cada vez mais desfavorável a eles, mesmo que venham a participar dos entendimentos na segunda etapa dos trabalhos da Comissão. Dispondo de apenas 37 votos — 10 a menos do que a maioria absoluta da Comissão —, os "progressistas" entendem que saem em desvantagem em relação aos "moderados".

— Ulysses acenou com a negociação no final da viagem — ponderou o Líder do PC do B, Deputado Haroldo Lima.

Já o líder do PT, Deputado Luís Ignácio Lula da Silva, admitiu que os "progressistas" não têm força para alterar substancialmente o projeto que será apresentado pelo Relator Bernardo Cabral, no caso de disputa em plenário, tanto na Sistematização quanto na Assembléia, onde têm entre 100 e 110 votos, podendo chegar a 150 no máximo.

Deputado quer regras especiais para a votação

BRASÍLIA — O Primeiro Secretário da Constituinte, Deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), vai propor a elaboração de um regimento específico para a votação da Constituição no plenário. Segundo ele, o Regimento Interno é, em muitos aspectos, confuso e omissivo com relação a esta fase, o que pode gerar "intranquilidade e dúvidas legais".

Para Cordeiro, é necessário "clarear" o processo de votação, já que, na época de elaboração do Regimento Interno, era "praticamente impossível prever como os trabalhos se desenvolveriam", o que deixou uma série de "vácuos".

Para após o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, por exemplo, o Regimento Interno da Constituinte não faz qualquer referência a prazos nem para votação nem para resposta de recursos encaminhados à Mesa; observa Cordeiro. Ele cita um exemplo: o Presidente da Mesa pode, pelo Regimento, indeferir pedidos de destaque:

— Desta decisão caberá recurso para consulta ao plenário. Mas não se estabelece prazo para resposta a esse recurso. Uma medida prevista para facilitar a organização da votação poderá se transformar em arma para obstrução dos trabalhos.

Na Comissão de Sistematização, a proposta do Relator será votada por títulos ou capítulos, conforme o acordo a que chegarem as lideranças. Mas em plenário isso não fica estabelecido, e o substitutivo pode ir à votação como um todo.

Se for votado no todo, explica Cordeiro, a possibilidade de rejeição do relatório é muito menor do que se a matéria for apreciada por partes, como acontecerá no plenário da Comissão de Sistematização.

— A votação no plenário da Assembléia será o momento mais importante da elaboração da Constituição, tanto que estão previstos para qualquer matéria o voto nominal e a maioria absoluta. Por isso, não podemos deixar que pare sobre ele qualquer dúvida legal ou regimental.